

# **I CONGRESSO CRIM/UFMG**

## **GÊNERO, CRIMINOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL**

---

G326

Gênero, criminologia e sistema de justiça criminal [Recurso eletrônico on-line] I Congresso  
CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana  
- Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-365-8

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Gênero. 2. Sistema de Justiça. 3. Direito Penal. 4. Criminologia. I. I Congresso  
CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

---



# I CONGRESSO CRIM/UFMG

## GÊNERO, CRIMINOLOGIA E SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

---

### **Apresentação**

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 4 - Gênero, Criminologia e Sistema de Justiça Criminal reuniu pesquisadores interessados em discutir trabalhos concluídos ou em andamento que abordaram temas relacionados às criminologias feministas, controle social, violências de gênero, sistema de justiça criminal e segurança pública, possibilidades de compatibilidades entre abolicionismos e opressões de gênero. A partir da compreensão do sistema de justiça criminal como toda agência de controle estatal que operacionalize o sistema penal (Polícia, Judiciário, Ministério Público, Prisão, entre outras), assim como as agências não penais que exercem também controle, como Congresso Nacional, Poder Executivo. Sendo assim, foram acolhidas também

propostas que visavam à realização de discussões dentro do plano legislativo ou análises mais amplas sobre o poder punitivo e suas aplicabilidades, políticas públicas que tenham como temática principal violências de gênero.

## **PERFIL DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER EM BETIM: CARACTERIZAÇÃO E APONTAMENTOS**

### **PROFILE OF MALE PERPETRATORS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BETIM: CHARACTERIZATION AND NOTES**

**Karoline Silveira de Souza <sup>1</sup>**

#### **Resumo**

O objetivo desta pesquisa documental foi caracterizar o perfil sociodemográfico dos homens autores de violências acompanhados pela equipe do programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) em Betim, no período de janeiro a dezembro de 2019. Os dados apontaram como perfil majoritário a faixa etária de 30 a 39 anos, casados, pardos, ensino médio completo, autônomo, renda de até dois salários mínimos e uso de drogas lícitas. A partir da pesquisa bibliográfica foi possível uma interlocução com outros autores de pesquisas similares aprofundando na análise psicossocial e a relação desses com a presença da violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher, Homens autores de violências, Grupos reflexivos

#### **Abstract/Resumen/Résumé**

The objective of this documental research was to characterize the sociodemographic profile of male perpetrators of violence accompanied by the staff of the Central Monitoring Program for Criminal Alternatives (CEAPA) in Betim, from January to December 2019. from 30 to 39 years old, married, brown, complete high school, self-employed, income of up to two minimum wages and use of legal drugs. Based on the bibliographical research, a dialogue with other authors of similar research was possible, deepening the psychosocial analysis and their relationship with the presence of violence against women.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Violence against women, Male authors of violence, Reflective groups

---

<sup>1</sup> Mestranda pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Bolsista CAPES.

## **INTRODUÇÃO**

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, no âmbito das estatísticas criminais divulga mensalmente dados referentes as violências domésticas e familiar contra a mulher no Estado, no ano de 2019 foram registrados 150.670 casos em Minas Gerais, desses, 2645 são referentes ao município de Betim. A lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 conhecida como lei “Maria da Penha” em seus diversos artigos busca coibir e combater esse índice preocupante da violência exercida contra a mulher no país.

Para garantir a integridade física e emocional da vítima durante o processo judicial, a ofendida pode solicitar as medidas protetivas de urgência, que estabelecem dentre outras ações, a obrigatoriedade do suposto agressor a comparecer em programas de acompanhamento psicossocial individual e/ou grupo. Em Betim esse grupo é executado pela equipe da Central de Acompanhamento de Alternativas Penais- CEAPA e na oportunidade do primeiro atendimento colhe-se algumas informações que posteriormente são catalogadas em uma planilha de inscrição.

Neste trabalho, será apresentado os resultados de uma análise documental realizada a partir da leitura das informações dispostas nessa planilha e fornecida pela Gestão da Informação da Subsecretaria de Prevenção a Criminalidade. Buscando assim, cumprir com o objetivo de caracterizar e analisar o perfil dos homens autores de violências que receberam a medida protetiva de urgência no ano de 2019 em Betim/MG e que foram encaminhados para o programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA).

Por conseguinte, a partir de uma interlocução com os resultados de outros autores de pesquisas similares, problematizou-se os aspectos em comuns encontrados e sua relação com a prática da violência contra mulher sob o viés dos seus autores, cumprindo assim com o objetivo de caracterizar e problematizar o perfil dos homens autores de violência contra a mulher no município de Betim/MG acompanhados pela equipe do programa CEAPA.

## **OBJETIVO**

- Pesquisar o cenário da violência contra a mulher no município de Betim;
- Caracterizar o perfil dos homens autores de violência acompanhados pela equipe da Central de Acompanhamento de Pena Alternativas CEAPA de janeiro a dezembro de 2019 em Betim/MG, problematizando os aspectos psicossociais envolvidos na prática da violência contra a mulher.
- Propiciar a construção de estratégias para a execução mais eficiente e coerente com o público do grupo reflexivo de ação de responsabilização com homens no âmbito da Lei Maria da Penha.

## **METODOLOGIA**

No município de Betim, os homens que possuem medidas protetivas de urgência (MPU's) deferidas a seu desfavor, são encaminhados pela segunda Vara Criminal para cumprir a participação no grupo reflexivo *ações de responsabilização com homens no âmbito da Lei Maria da Penha*, realizado pela equipe técnica do programa Central de Acompanhamento de Penais (CEAPA). Nesse acompanhamento, a equipe busca provocar reflexões acerca de: lei Maria da Penha, diferenciação e desnaturalização dos tipos de violência, responsabilização, fatores de risco e proteção, papéis sociais de gênero, comunicação não violenta, uso de álcool e outras drogas, dentre outros.

Na oportunidade, do primeiro atendimento, informações sociodemográficas e psicossociais são colhidas e posteriormente registradas em planilhas. A amostra desta pesquisa considerou os dados dispostos na planilha de inscrição do público atendido no período de janeiro a dezembro de 2019. O acesso foi solicitado e autorizado pela Gestão da Informação da Subsecretaria de Prevenção a Criminalidade. Para a análise das informações selecionou-se como referência algumas categorias já estruturadas no instrumental e que foram pertinentes ao estudo, bem como apareceram com frequência na literatura estudada, sendo elas: idade, raça, estado civil, uso de drogas lícitas e ilícitas, escolaridade, situação ocupacional, renda.

Em um segundo momento uma análise de dados comparativa foi realizada a partir de informações encontradas em pesquisas semelhantes. e que permitisse junto com a literatura realizada, problematizar ainda que de modo incipiente os fatores psicossociais encontrados e sua relação com o fenômeno.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para a discussão dos resultados os dados foram apresentados em um conjunto de dois agrupamentos, a saber: 1) idade, raça, estado civil, uso de drogas lícitas e/ou ilícita e 2) a situação ocupacional, renda e escolaridade.

**Tabela 1-** Idade, Raça, Estado Civil, Uso de drogas lícitas e ilícitas

Faixa etária	Total		Raça / Cor	Total		Estado civil	Total		Uso de Drogas Lícitas		Uso de Drogas Ilícitas			
	Total	Percentual		Total	Percentual		Total	Percentual	Total	Percentual	Total	Percentual		
30 a 49 anos	68	56,67%	Pardo	69	57,50%	Casado/ União Estável	48	40,00%	Sim	76	63,33%	Não	113	94,17%
20 a 29 anos	36	30,00%	Branco	22	18,33%	Solteiro	43	35,83%	Não	44	36,67%	Sim	7	5,83%
50 a 60 anos ou mais	16	13,33%	Preto	14	11,67%	Separado/ Divorciado	29	24,17%	<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>	Sem informação	14	11,67%	<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>						
			Amarelo	1	0,83%									
			<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>									

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme demonstrado na tabela acima a faixa etária entre 30 a 49 anos representa 56,67% da amostra total, demonstrando uma maior incidência do público dessa respectiva geração. Esse dado corrobora com demais pesquisas como de Scott, Oliveira (2018, p.78) que em um estudo similar realizado no Rio Grande do Norte e concluiu que há uma predominância de homens adultos na faixa etária entre “31 e 40 anos (n = 87), no cometimento da violência doméstica.

A incidência da idade adulta presente em estudos dessa natureza levanta a possibilidade que esse resultado, dentre diversos fatores, seja decorrente da discussão do fenômeno contra a mulher ter se efetivado recentemente. A convivência social e familiar experienciada por esses homens durante sua infância e adolescência – importantes períodos acerca da introjeção de sentidos e valores era marcada pela presença insatisfatória de discussões acerca do tema. Os meios televisivos, rádios, propagandas, músicas, dentre outras, do final do século XX e início do século XXI atuavam ainda de modo marcante sob as características machistas da sociedade patriarcal, reforçando os lugares a serem ocupados para cada gênero.

Salienta-se que o público pardo (57,50%) representou uma maioria bastante significativa com relação a segunda colocada raça branca, indo de encontro com a pesquisa de Scott e Oliveira (2018, p.78) que apontou “a predominância de homens brancos dentre os autores de violência”. Contudo poucos autores apontaram a raça



enquanto um dado significativo para avaliação, levantando a complexidade de análise desse dado e questionando sua importância frente ao fenômeno, pois dada a característica flutuante da informação, tendo em vista sua autodeclaração, se torna difícil realizar uma avaliação mais precisa.

No que tange ao estado civil, os resultados apontaram que 40,00% do público era casado ou possuía união estável, indo ao encontro da pesquisa de Romagnoli, Abreu e Silveira realizada no ano (2013, p.290) “quanto ao estado civil, à maioria dos homens é casada ou possui união estável (64,3%).

Todavia, apesar da similaridade desses resultados encontrados nas pesquisas, isso não o torna fator determinante, uma vez que a relação de afeto caracterizada na violência doméstica transcende o estado civil, o que é evidenciado em dados que apontam a agressão cometida por ex-companheiros.

Os resultados encontrados nessa pesquisa, apontaram que 63,33% do público alvo fazem uso de drogas lícitas, não foi possível dizer qual droga, contudo Romagnoli, Abreu e Silveira (2013, p.293) revelaram que em sua pesquisa prevalece que o “uso do álcool aparece como presença constante na violência contra a mulher (73,6%)”. E acerca das drogas ilícitas, Betim aponta uma incidência baixa da associação com o consumo deste tipo de drogas, alcançando a média baixa de 5,83% da amostra.

A naturalização do consumo de bebida alcoólica na sociedade contribui para o uso excessivo dessa, e conseqüentemente torna aceitável as atitudes tomadas sob efeito do álcool, inclusive as violentas. Dentro do cenário da sociedade patriarcal, o homem enquanto forte consumidor desse tipo de bebida, parece encontrar nela a justificativa necessária para suas ações.

“A crença de que o álcool é o causador da violência parece diminuir a responsabilidade do agressor e aumentar a tolerância da vítima [...] Isso porque muitas mulheres desculparam a violência que sofreram baseadas no fato de seu parceiro estar bêbado. E, nesses casos, o homem também justifica o que fez pelo uso da bebida” (ROMAGNOLI, ABREU E SILVEIRA, 2013, p.293)

O segundo bloco de dados analisou a situação ocupacional, renda e escolaridade desses homens autores e são apresentadas na tabela a seguir:

**Tabela 2-** Grau de Escolaridade, Situação Ocupacional, Renda

Grau de Escolaridade	Total	Percentual	Situação ocupacional	Total	Percentual	Renda	Total	Percentual
Médio Completo	44	36,67%	Autônomo	64	53,33%	Até R\$ 1.996,00	67	55,83%
Fundamental Incompleto	30	25,00%	Empregado com CT	39	32,50%	Acima de R\$ 1.996,00 até R\$ 3.992,00	23	19,17%
Médio Incompleto	16	13,33%	Aposentado	8	6,67%	Acima de R\$ 3.992,00 em diante	6	5,00%
Fundamental Completo	12	10,00%	Desempregado	7	5,83%	Não possui renda	6	5,00%
Superior Completo	9	7,50%	Estudante	1	0,83%	Sem informação	18	15,00%
Superior Incompleto	7	5,83%	Sem informação	1	0,83%	<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>
Pós-graduação	1	0,83%	<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>			
Sem Informação	1	0,83%						
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>100,00%</b>						

Fonte: Elaborada pela autora

As informações obtidas acerca da escolaridade desse público apontaram que maior parte da amostra possui Ensino Médio Completo (36,67%), todavia Scott, Oliveira 2018 e Madureira et al 2014, concluíram em suas pesquisas a predominância do público com Ensino fundamental Incompleto e Ensino Fundamental completo respectivamente.

O processo de escolarização e a violência podem possuir certa relação quando se considera a escola enquanto local de formação de sujeitos. Assim como a família, o espaço escolar torna-se oportunidade para construção de vínculos, valores e conhecimentos, ou seja, ela se torna ferramenta importante para promover a consciência de igualdade de gênero e a informação acerca do fenômeno

Sendo assim, menos tempo no espaço escolar pode significar que pouca oportunidade para essas construções foi dada, diminuindo as possibilidades desses sujeitos de discutir, apreender e ressignificar sentidos em torno da temática. Entretanto, os resultados apontaram que boa parte da amostra finalizou seus anos de escolarização ressaltando que a violência contra a mulher não é determinada pela baixa escolaridade, e que esse fenômeno se faz presente em pessoas com diferentes níveis de estudos.

No que se refere a ocupação a maior parte do público é autônomo (53,33%), resultado distinto de outras pesquisas realizadas, como no estudo de Romagnoli, Abreu e Silveira (2013, p.291) “Dentre os agressores, 45,7% possuem ocupação formal”

Sobre a renda, 55,83% do público vive com até dois salários mínimos (RS1996,00), apontando a predominância da classe C na prática da violência contra a mulher no município de Betim, corroborando com a pesquisa de Scott, Oliveira (2018, p.79) que em seus estudos relataram que em sua “maioria possuía uma renda em torno de um salário mínimo”.

Compreende-se que a instabilidade financeira torna o ambiente familiar mais vulnerável às discussões, aumentando a probabilidade do aparecimento da violência; contudo, cabe ressaltar que a maior incidência do fenômeno nessa classe não é determinante, mas problematiza-se acerca da isonomia apontada na lei e o distinto tratamento dado aos agressores de diferentes classes sociais.

A presença majoritária da população pauperizada nos casos de denúncia acerca do fenômeno, para Barrata 2002 apud Scott, Oliveira (2018 p. 81) está relacionada com o processo de culpabilização que “submete os estratos sociais pauperizados aos mecanismos de criminalização, criando uma espécie de seletividade criminal a qual incide sobre o estado das relações de poder entre as classes sociais.”. Sendo assim inferir a relação baixa renda como determinante no aparecimento do fenômeno da violência doméstica contra a mulher, apenas evidenciaria o recorte preconceituoso que previamente atinge esse público. Uma vez que o comportamento violento contra a mulher não se refere as condições socioeconômicas, mas sim a práticas assimétricas das relações de poder que acontecem entre homens e mulheres em todas as classes sociais.

## **CONCLUSÃO**

Percebe-se que os resultados encontrados neste trabalho encontram certa correspondência com pesquisas realizadas em outros municípios, apontando que há relativa uniformidade nas características do perfil sociodemográficos de homens autores de violência. Apenas as categorias de escolaridade e situação ocupacional se destacaram por apresentar resultados distintos, o que evidencia as características do próprio município. A análise comparativa apresenta limitações acerca do ano de realização de pesquisa e característica regional, dificultando uma leitura comparativa de dados mais aprofundada, entretanto a realização da conversa com outros autores enriqueceu a análise psicossocial e possibilitou compreender de modo mais amplo a realidade de Betim e sua localização em um nível mais macro.

Em Betim o número de estudos publicados acerca da temática é superficial e a necessidade de repensar estratégias para enfrentamento do fenômeno no município é emergente, frente aos índices preocupantes encontrados. Diante disso este estudo pode contribuir para pensar em ações estratégicas para toda a comunidade residentes e em particular com o público possuidor do perfil encontrado neste trabalho.

Porém destaca-se o cuidado necessário na realização da análise do dado, pois a pesquisa não visa definir perfil de homens propícios ao cometimento da violência contra a mulher, pelo contrário, busca problematizar a própria seletividade penal que atua nesse fenômeno e nos aspectos sociais que envolvem o contexto da violência e a ausência de uma política pública eficaz para o perfil do público aqui encontrado.

Assim, diante da complexidade multicausal desse fenômeno é importante encontrar respostas que possam melhor direcionar e aprofundar a compreensão dos fatores psicossociais envolvidos no cenário da violência contra a mulher. Para isso é necessário a construção de estratégias diversas que considerem inclusive o próprio homem como sujeito participante e corresponsável pela mudança que queremos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 600-606, Dec. 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400600&lng=en&nrm=iso) acesso em 10 Jul. 2021

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; ABREU, Leila Lúcia Gusmão de; SILVEIRA, Marise Fagundes. A violência contra a mulher em Montes Claros: análise estatística. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 282-297, jul. 2013. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202013000200010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200010&lng=pt&nrm=iso). acessos em 18 jul. 2021

SCOTT, Juliano Beck; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Perfil de homens autores de violência contra a mulher: uma análise documental. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 71-88, dez. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-50272018000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000200006&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 15 Jul. 2021

SEGURANÇA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Dados abertos**. Disponíveis em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/2018-08-22-13-39-06/dados-abertos#navigation-start>> acessos em 10 out de 2020.